



ASSOCIAÇÃO
DE TRAIL
RUNNING
DE PORTUGAL

Acta nº 15

Aos trinta e um dias do mês de março, de dois mil e vinte e três, às 21h30 reuniu, em segunda convocatória, no Forte de Santiago da Barra, em Viana do Castelo., a Assembleia Geral Ordinária da Associação de Trail Running de Portugal.

Após estarem reunidas, nos termos do regulamento, as condições para o funcionamento da Assembleia Geral, deu início aos trabalhos.

Iniciada a sessão, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral cumprimentou os associados presentes, tendo, de imediato, lido integralmente a ordem de trabalhos.

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1: Informações;

Ponto 2: Discussão e votação do Relatório de Contas do ano 2023;

Ponto 3: Apresentação do Plano de Atividades e Orçamento 2024;

Ponto 1: Informações

Associada Gisela Maria Silva Pereira nº 3860, questionou a viabilidade da entrega do troféu 20/21 (pódio de circuito endurance) e o Presidente Rui Pinho responsabilizou-se por entregar em mão à própria, em data a combinar, em virtude de os prémios estarem guardados na sede em Miranda do Corvo.

Associado José Mesquita Alcobia nº 16, questionou a qualidade da medalha entregue em Sintra e a cerimónia protocolar de entrega dos prémios. Foi esclarecido que segundo a FPA não se entregam medalhas nem se fazem galas de entrega de prémios, mas a ATRP tem por hábito, à semelhança dos outros campeonatos, suportar as despesas com a prova e gerir o orçamento de forma a entregar medalhas, sempre que tal é possível. No que concerne a Sintra, como não houve ressarcimento do valor das inscrições nem qualquer outro pagamento, por deliberação da direção decidiu-se ofertar uma medalha alusiva ao evento (possivelmente de qualidade inferior à de outros campeonatos na qual há ressarcimento).



ASSOCIAÇÃO
DE TRAIL
RUNNING
DE PORTUGAL

Associado Diogo das Neves Simão nº 2563, solicitou à mesa que fosse corrigida a ata da última assembleia geral em virtude de não concordar com a explicação da parte que o menciona. Isto é, na última AG ficou mencionado que este se recusou a votar e pretende que esteja escrito que se absteve. Foi solicitado ao apoio jurídico que se pronunciasse, da qual resultou a seguinte observação: "o associado pretende que seja redigido que há uma inexistência de voto e juridicamente, não é possível. Ou se vota a favor ou se vota contra. Se tem por intenção abster-se, deve sair da sala ou não participar na votação".

Ponto 2: Discussão e votação do Relatório de Contas do ano 2023

A Presidente da AG passou a palavra ao Presidente da Direção que explicou o motivo do envio tardio da documentação aos associados. Desta, foi primeiramente enviado para a FPA, analisar e aprovar em reunião de direção. E quando foi rececionado a aprovação e agradecimento do envio dos mesmos, foi enviado aos sócios.

Passando os anos em revista:

Em 2021 surge o primeiro relatório negativo desde 2016, por conta da pandemia. Não foram entregues os prémios finalizadores porque o fabricante combinou um valor para o envio dos mesmos e posteriormente comunicou que este tinha alterado, em face do aumento do preço dos combustíveis. De resto a atividade da ATRP desenvolveu-se, normalmente, com os parceiros institucionais e os resultados financeiros mostram o rigor pela qual se pauta.

Em 2022, o diretor Diogo Simão demitiu-se. Realizaram-se todos os circuitos e a seleção nacional efetuou o Campeonato do Mundo na Tailândia e o estágio da seleção em Viana do Castelo. A salientar 177 provas certificadas, das quais 156 integradas em circuito, em calendário apresentado em dezembro (fim-de-semana da Taça que ocorreu na ilha da Graciosa).

Foram classificados 7308 sócios nos cinco circuitos dos quais 958 são finishers. No circuito jovem houve 78 eventos, 31 participantes, dos quais 5 mulheres. No circuito sprint, em 57 eventos, foram classificados 1316, das quais 259 mulheres. No circuito trail, em 68 eventos, foram classificados 2094, das quais 434 mulheres. No circuito de



ASSOCIAÇÃO
DE TRAIL
RUNNING
DE PORTUGAL

ultra dos 1584 classificados, 252 são mulheres. No circuito endurance, dos 18 eventos, dos 702 classificados, 92 são mulheres. E, por fim, no circuito endurance xl, em 7 eventos, e de entre 137 classificados, 25 são mulheres. Na taça foram classificados 1444 atletas.

Os campeonatos nacionais apuram por ranking nacional e/ou internacional (diferenciação numérica para masculinos, femininos e escalões).

Valongo = Campeonato Ultra

UTSM = Campeonato Ultra Endurance (modelo híbrido)

Cinfães = Campeonato de Trail e Endurance XL

Sintra = Campeonato de Sprint e Jovem

Taça de Portugal = prova na Guarda com apuramento via zonas de qualificação, circuitos regionais e distritais.

À seleção nacional foram 16 atletas, 3 responsáveis pelo corpo médico e 3 técnicos. No trail longo, Portugal ocupou a 10ª posição entre 20 seleções masculinas e 7ª posição entre 13 seleções femininas. O que foi concordante com o ranking itra dos atletas. No trail curto, a equipa masculina ocupou a 9ª posição em 14 equipas e na equipa feminina, 8ª posição em 14 equipas.

Sumariamente, a ATRP herdou o exercício de 2015 com 14.000€ negativos, mas com um acordo estabelecido com a empresa Prozis. Em 2016, a faturação passou de 37.000 para 52.000€, fruto do aumento da quotização e de uma maior adesão a seguros. A ATRP tinha um modelo de trabalho assente apenas em quotizações, seguros e 16 provas espalhadas pelo país (diferenciadoras nas distâncias). Em 2017 manteve o padrão, mas desenvolveram-se os circuitos nacionais de trail. Marcou presença no campeonato do mundo em Itália e relativamente à empresa Prozis, apesar do valor contratado ser de 20.000€, com adição de comissões e cupões de desconto atingiu os 38.000€. A faturação foi inferior ao previsto mas deve salientar-se que se conseguiu apresentar um seguro de trail mais atrativo, valor de 12€. Em 2018, a Prozis cessou o contrato e foi quando a ATRP desenvolveu um modelo de financiamento por certificação. Este processo teve em



conta o principal objetivo dos fundadores da ATRP. Para tal, nos primeiros dois anos houve um observador ATRP sempre que possível nas diferentes provas nacionais que ia fornecendo ideias aos diversos organizadores até culminar neste novo modelo de financiamento. A faturação subiu de 45.000€ para 109.000€, com um resultado final positivo de 5.200€. Ainda, foi o primeiro ano da Taça de Portugal com o Governo Regional dos Açores (Epic Trail). Em 2019 manteve-se o crescimento de associados, mas com menos seguros e o volume de certificação aumentou, finalizando com um resultado positivo de 44.000€. Em 2020 só foi possível haver atividade em janeiro, fevereiro e março o que se repercutiu numa quebra de financiamento e daí uma faturação negativa de 8.000€. Ainda, à procura de municípios que não estivessem fechados, efetuou-se a taça de Portugal em Melgaço, com sucesso. Em 2021, também foi um ano difícil até junho. E foi quando se instituiu um modelo protocolar com as câmaras municipais para a realização de campeonatos nacionais. Aumentando assim quer os custos quer as responsabilidades. Em 2022, mantivemos o modelo e conseguimos fazer a taça, o ultra e o trail. Isto dignifica e prospera a ATRP pela consistência e aumento do número de negócios. Tal indica que existe financiamento para ofertar prémios de finalistas e a comunidade reconhece os resultados positivos até pela representação alargada no que concerne à seleção nacional. A visão para este tema é a de um reflexo do trabalho dos atletas que lá chegam por mérito próprio.

O trabalho que se tem vindo a desenvolver com a FPA é reconhecido e de assumida confiança. A nível institucional, ocorreu integração dos associados da ATRP para a FPA imputando-lhes um valor de 2€ e os que já eram sócios da FPA manteve-se a quotização de 10€.

De seguida foi apresentada a peça contabilística que de uma forma estática demonstra o que tem sido a atividade da associação ao longo dos anos, em par com a explicação supra, apresentada pelo presidente Rui Pinho.

Sumariamente, a atividade inclui trabalhos especializados (marketing, contabilidade, informática, comunicação, gestão, site, redes sociais, plataforma e MyAtrp), e em virtude do aumento dos preços dos produtos ocorreu um ligeiro desvio, controlado pois não houve gastos com publicidade e propaganda. Os honorários do apoio jurídico e técnico



ASSOCIAÇÃO
DE TRAIL
RUNNING
DE PORTUGAL

mantiveram-se dentro do orçamentado, bem como, os serviços bancários, as referências multibanco (associadas às quotizações dos associados) e os cinco campeonatos nacionais. A taça, por não haver segurança quanto à sua realização não foi orçamentada. Ao nível da arbitragem, o valor repercute nos organizadores e é pago diretamente aos árbitros pelo que não há desvios nem acertos. A rubrica materiais, quase sem desvios, engloba troféus, medalhas e prémios dados aos associados finishers e dos circuitos porque os trofeus dos campeonatos nacionais englobam as despesas adstritas aos campeonatos nacionais. Ainda, em deslocações, estadas e transportes foi orçamentado 30.000€ e foi gasto 32.833€. As deslocações correntes são os valores gastos pelos membros dos órgãos sociais na coordenação, realização, e funcionamento de toda a orgânica. Ainda se incluem, reuniões com municípios e governos regionais pois esta associação é de âmbito nacional. Caso suscite dúvidas, dos 32.833,80€, 10.116,83€ são referentes a combustíveis, 10.542€ a aluguer de veículos, 8.089€ a alojamento e restauração, 610,25€ a comboios, 1.070€ a portagens e aparcamentos e 2.375€ a voos. Ainda, foi orçamentado 30.000€ para o campeonato do Mundo mas foi somente gasto 20.000€. As deslocações da taça de Portugal foram 10.942€, pagas aos atletas, e ainda figuram as de 18 dezembro 2021 pois os pagamentos só ocorreram no ano seguinte. Na comunicação foi gasto 975€ contra os 3.000€ orçamentados. E nos seguros dos atletas foram gastos 43.000€ contra 40.000€ orçamentados. Em suma, foram gastos 187.250€ e orçamentado 174.000€, e o desvio de 13.250€ deve-se à Taça de Portugal. A taça é celebrada mediante protocolo e não é pretensão ter lucro mas sim promover e desenvolver a modalidade agregando, para tal, o apoio e participação dos associados. No que concerne aos rendimentos, foi auferido 192.474€ e gasto 187.250€ o que se repercute num saldo positivo de 5.223€. O objetivo da associação sem fins lucrativos é o de crescer de forma sustentada e se auto promover. E os resultados espelham exatamente isso.

Associado Domingos Armando Fernandes nº 1354, questionou a proveniência dos valores da taça e campeonato, ao qual foi explicado que decorrem de protocolos assinados em coorganização com as câmaras respetivas. Ainda, se os honorários especializados englobam o apoio jurídico e o técnico oficial de contas, que obteve confirmação positiva.



ASSOCIAÇÃO
DE TRAIL
RUNNING
DE PORTUGAL

Associado Diogo das Neves Simão nº 2563, agradeceu o detalhe na apresentação e discussão do relatório e contas, mas alertou para o fato de ainda não estarem assinadas. Ainda questionou se o elevado valor em deslocações não compensaria a aquisição de um veículo adstrito à associação. Foi explicado que na rubrica aluguer de carros estão incluídos alugueres em múltiplos pontos do país e ilhas, também ao serviço da seleção nacional. Embora pertinente, no âmbito da associação, o objetivo é a gestão corrente e não aquisição de bens de investimento até pelos custos e encargos inerentes à manutenção do mesmo. E estes valores (em deslocações) têm sido orçamentados pela constância dos mesmos, embora com diferenças quer pelo preço dos combustíveis, portagens e demais necessidades.

Associado José Mesquita Alcobia nº 16, quis expressar que concorda com o modelo de financiamento implementado, mas apreensivo quanto ao saldo positivo final. Ainda, questionou o que é que atual direção tenciona fazer para atrair os sócios antigos. Foi explicado que a associação tem 5.100 associados com quotas pagas e, em dia, dos quais, 305 são referentes a equipas. Este valor subiu 10% entre 2021 e 2022 (de 52.866€ para 59.000€). Ainda, que ficou proposto, em futura revisão de estatutos, a possibilidade de isentar os sócios com mais de quatro anos de quotas em atraso, pagando somente a partir daí.

Por fim, foi efetuada a leitura do documento redigido pelo fiscal único e passou-se à votação tendo obtido os seguintes resultados: zero votos contra, duas abstenções e 25 votos a favor (o associado nº2563 ausentou-se da sala).

Ponto 3: Apresentação do Plano de Atividades e Orçamento 2024

Relativamente à vertente institucional, manter-se-á a filiação com a federação, o modelo de certificação, os concursos para as provas que concorrem a títulos nacionais e a seleção nacional em par com a tutela. O modelo de negócio em vigor é a de análise técnica dos eventos, apoio técnico operacional em provas que concorrem a títulos nacionais, apoio técnico e logístico à seleção nacional, apoio técnico para definir o regulamento de competições, e manutenção das competências relativas aos circuitos.



ASSOCIAÇÃO
DE TRAIL
RUNNING
DE PORTUGAL

O regulamento de competições da ATRP passa a fazer parte do regulamento da FPA. E caso haja perda de receita por via das não certificações, a FPA cobrirá a receita em favor da seleção nacional e circuitos que atribuem títulos nacionais.

No que concerne à Taça, estima-se que o custo passa a deixar de estar imputado à ATRP mas ao protocolo estabelecido, que ofertará um apoio por atleta, independentemente da distância.

Em princípio, a certificação para os circuitos passará a ser centralizada na FPA que posteriormente distribuirá as verbas com vista a que não hajam discrepâncias nos valores pagos, pelos organizadores às distritais, a nível nacional. O valor de 100€ deverá ser dividido entre FPA, ATRP e associações distritais. E a quota de sócio manter-se-á inalterada.

Associado Victor Nelson Gomes Amaral nº 1059, questionou a data competitiva em par com a FPA, o modelo competitivo das séries 100/150, a data da taça de Portugal e o período relativo à apresentação das provas candidatas aos circuitos da época seguinte. Todas as datas foram informadas.

Relativamente à votação do plano de atividades e orçamento para 2023, foi aprovada sem votos contra ou abstenção (o associado nº2563 ausentou-se da sala). E nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos encerrados pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral, tendo sido lavrada a presente Ata, que vai ser assinada / vai ser autenticada com a sua própria assinatura.

Lista de Presenças AG | 31.03.2013

N.º	ATRP N.º	NOME
01	1468	Mário Jorge Ferreira
02	6333	Associação Desportiva Etalec
03	12102	João José Portela Carvalho (Por procuração)
04	2384	Ricardo Alexandre FF Jilén
05	12386	WILSON I. JIMENA BARBOSA
06	2917	Rui Manuel Silva Pinho
07	3392	Paulo António Lima
08	393	João Carlos da Costa do Al de Brito
09	47	Jesús José de la Cruz
10	1483	JOÃO CARLOS GONÇALVES MOTA
11	24	ANTÓN COSTA
12	19	CARLOS ALBERTO Gomes de Sá
13	3860	Carlos Manuel Silva Pereira
14	10316	Carlos Eduardo Freitas Brito
15	1354	Domingos Armando Fernandes
16	1	JOÃO CARLOS MORAIS DOS SANTOS
17	7606	António José de Brito
18	2527	Victor da Graça Vieira
19	1059	Victor Nelson Gomes Amaral
20	16	José Carlos Mergante Almeida
21	3268	D. JOÃO JOSÉ GARÇAS ANTUNES.
22	105	JOSÉ CAPELA
23	11819	ELCOMANDANTE TEAM
24	2563	D. CARLOS DAS NEVES SILVA
25	10125	TAVIO LORGE MARQUES ROQUE
26	6278	Luís Jorge Vaz da Silva - EDV
27	9690	JOÃO VASCO AZEVEDO CARREIRO SEARA CALDEIRA
28	10881	Ricardo Alexandre Silveira Leif
29		
30		
31		
32		
33		